

Insegurança com crise hídrica pode comprometer atividades e crescimento das empresas paulistas

Rafael Cervone Netto, presidente do Ciesp, mostra preocupação com os riscos de desabastecimento e pede reflexão sobre a gestão dos mananciais de água

“A situação crítica de operação dos reservatórios de água em São Paulo requer profunda reflexão sobre a complexidade e a fragilidade da gestão do Sistema Cantareira e dos demais mananciais da Região Metropolitana de São Paulo”. A observação foi feita pelo presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Rafael Cervone Netto, na abertura do seminário “Gerenciando a Escassez de água na Indústria”, promovido pela Fiesp e pelo Ciesp. No evento, realizado em 22 de setembro, Cervone Netto alertou as lideranças regionais sobre o risco de desabastecimento, capaz de comprometer diretamente as atividades econômicas dos usuários rurais, industriais e de serviços.

Ao criticar a gestão inadequada e a falta de investimentos públicos, o presidente do Ciesp ressaltou ser necessário que os comitês das bacias hidrográficas priorizem recursos financeiros de forma emergencial para atender solicitações de usuários de água, conforme previsto nos respectivos planejamentos. Cervone Netto observou que o Ciesp e a Fiesp têm mobilizado o setor industrial em torno da gestão da escassez de água, citando a distribuição de folhetos educativos com informações sobre o uso racional da água e apresentação de ações e medidas estruturais para a implantação de um plano de contingência.

Os folhetos, produzidos pelo Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, destacam pontos fundamentais para o dia a dia das empresas, tais como conhecer o uso da água para controlar o consumo, reduzir, reciclar e reusar. “As ações apontadas podem contribuir para minimizar os reflexos da escassez no planejamento do processo



Rafael Netto pede profunda reflexão sobre a fragilidade de gestão de mananciais de água em São Paulo

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

produtivo e nas demais atividades das empresas, considerando restrições nas captações em águas superficiais ou subterrâneas, bem como no abastecimento pela rede pública”, explicou o presidente do Ciesp, destacando que empresas de Americana, Bragança Paulista, Campinas, Jundiaí, Rio Claro e Piracicaba já discutiram alternativas para que as atividades produtivas não sejam comprometidas pela crise hídrica.

Juan Saavedra, Agência Indusnet Fiesp

Seminário sobre produção e consumo sustentáveis será realizado na Fiesp

Realizado pelo Instituto Cidade Sustentável (ICS), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Fiesp, o seminário Produção e Consumo Sustentáveis integra os debates sobre o primeiro ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), elaborado em 2011 pelo Ministério do Meio Ambiente. O evento será realizado no dia 6 de novembro, na sede da Fiesp.

Página 5

MCTI abre consulta pública para comunicação à convenção—quadro sobre mudança do clima

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), visando ampliar a contribuição de especialistas, iniciou o processo de consulta pública de textos que posteriormente integrarão a Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O MCTI pretende disponibilizar todos os capítulos, em versão eletrônica, para comentários e contribuições.

Página 7

Fiesp abre inscrições para Prêmio de Conservação e Reúso de Água

Projetos implementados pelas empresas para a promoção do uso eficiente de água, visando à redução do consumo e desperdício, podem ser inscritos, até o dia 12 de dezembro, para concorrer ao Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água. A iniciativa, realizada há 10 anos, tem como objetivo reconhecer e homenagear ações do setor industrial que gerem benefícios ambientais, econômicos e sociais.

Página 14

Steinbruch destaca importância de planejamento para evitar que problema de água se agrave

O presidente da Fiesp, Benjamin Steinbruch, participou da entrega de premiação a projetos inovadores desenvolvidos por universitários para a solução de problemas relacionados ao uso e tratamento da água

A importância do planejamento para enfrentar o problema da escassez de água no Estado de São Paulo foi destacada pelo presidente da Fiesp, Benjamin Steinbruch, ao participar da cerimônia de entrega do prêmio “Água – Ideias Inovadoras, Soluções Sustentáveis”, realizada no dia 22 de setembro. A premiação, uma iniciativa da Fiesp e do Ciesp, envolveu alunos de 11 universidades, que desenvolveram projetos inovadores para a solução de problemas relacionados ao uso e tratamento da água pela indústria.

Os problemas com o abastecimento foram classificados como preocupantes pelo presidente da Fiesp. “Essa situação faz como que fiquemos apreensivos em relação ao planejamento dos governos, seja no nível federal, estadual ou municipal”. Na visão de Steinbruch, é preciso um planejamento por parte das autoridades para evitar que o problema se agrave e venha a se repetir no futuro. “Temos que torcer para chover, independentemente de qualquer coisa, nos próximos meses. A chuva cabe a Deus, mas o planejamento cabe a nós”, ressaltou.

Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp



Para Steinbruch, é preciso planejamento por parte das autoridades para evitar que crise no abastecimento de água se agrave e venha a se repetir no futuro

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Crise no abastecimento de água é problema grave



Eduardo San Martin, diretor de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp

“Há muitas indústrias diminuindo os turnos de trabalho, devido à pouca disponibilidade de água nas principais regiões afetadas” destacou Eduardo San Martin, diretor de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, durante a abertura do seminário “Gerenciando a escassez de água na indústria”.

A afirmação de San Martin evidencia que a escassez de água tem prejudicado a atividade industrial.

O diretor ressaltou que a crise no abastecimento de água é um problema grave, que afeta não apenas as indústrias, e que a falta de investimentos e gestão por parte do poder público contribuíram para o agravamento da situação.

O necessário envolvimento da sociedade em relação à temática ambiental foi destacado por Eduardo San Martin, ao enfatizar a importância do engajamento ambiental dos alunos, principalmente nas questões hídricas, referindo-se à cerimônia de entrega do prêmio “Água – Ideias Inovadoras, Soluções Sustentáveis”.

Universitários de 11 instituições recebem prêmio por projetos inovadores para economia de água

A iniciativa de criação do prêmio “Água – Ideias Inovadoras, Soluções Sustentáveis”, que tem como objetivo incentivar a reflexão sobre soluções para o uso eficiente da água, foi elogiada pelo presidente da Fiesp, Benjamin Steinbruch. “Fico satisfeito em ver a academia envolvida no debate do tema.”

O trabalho vencedor pela FEI foi o “Uso sustentável de água numa empresa do ramo de molas”. Pela Universidade Anhembi Morumbi, o projeto vencedor foi o “Sistema de eficiência do reúso de água”. O projeto “Um modelo de reaproveitamento de águas de lavagem de roupas e de chuva em sanitários para pequenos condomínios em comunidades carentes” ficou com o primeiro lugar pela Universidade Cruzeiro do Sul. Pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, foi vencedor o projeto “Gestão ecológica da administração”. O projeto “Potencial subterrâneo” foi o vencedor pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pelas Faculdades Integradas Rio Branco, o projeto “Removendo políticas públicas e regulamentação para viabilizar sistema de reciclagem e reúso da água: um projeto de cooperação internacional pela preservação da água potável”, ficou com a primeira colocação.

O projeto vencedor da Universidade São Judas Tadeu foi “Reúso de água de lavagem de betoneiras para produção de concreto” e pela Faculdade Sumaré foi premiado o projeto “Conscientização e reúso de água de chuva”.

Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp



Presidente da Fiesp, Benjamin Steinbruch (ao centro), com alunos que representaram os grupos vencedores de 11 universidades participantes do prêmio

Promotor destaca que escassez de água não pode ser atribuída exclusivamente a São Pedro

Ricardo Manuel Castro, integrante do Grupo Especial do Meio Ambiente (Gaema) do Ministério Público, apontou, em seminário da Fiesp e do Ciesp, fatores que contribuíram para a crise de abastecimento do Sistema Cantareira

“É preciso desmistificar o pensamento do governo paulista de que a causa principal da crise hídrica é o período de estiagem. Não é possível culpar única e exclusivamente São Pedro. Existem outras causas.” A afirmação foi feita pelo promotor Ricardo Manuel Castro, integrante do Gaema, no seminário promovido pela Fiesp e Ciesp que discutiu o gerenciamento da escassez de água na indústria. Manuel Castro analisou o conjunto de causas que desencadeou a crise de abastecimento vivenciada pelos municípios abastecidos pelo Sistema Cantareira.

Castro observou que o Ministério Público ainda não possui um posicionamento fechado sobre essa crise, pois ainda estão sendo recolhidos os dados necessários para o gerenciamento do assunto. Contudo, segundo o promotor, é preciso analisar as prováveis causas, como, por exemplo, o reflexo das mudanças climáticas, em virtude do aquecimento global. Castro criticou o fato de os impactos das mudanças do clima, apesar de previsíveis, não terem sido citados nas estratégias e planejamentos dos governos estadual e federal.

Outra causa que contribuiu para a alarmante crise de abastecimento, de acordo com o promotor, foi o descontrole e fiscalização do sistema de autorizações de outorgas. “Existe uma total falta de aparelhamento e ineficiência no controle de outorgas”, afirmou. Castro destacou ainda o crescente processo de impermeabilização do solo urbano e a excessiva ocupação clandestina das áreas de várzea e de proteção dos mananciais. “Muitas vezes, essa ação é incentivada pelo próprio poder público ou permitida pela ineficiência em conter as ocupações”, ressaltou.

O aumento do desmatamento dos dois principais biomas brasileiros, a Amazônia e a Mata Atlântica, bem como a flagrante diminuição das áreas de preservação permanente, advindas da aprovação do Novo Código Florestal, também foram apontadas como contribuições para a escassez de água. “Houve um retrocesso ambiental com essa regulamentação”, afirmou.

O representante do Ministério Público alertou ainda sobre o desperdício e as perdas de água no sistema. “O município de Mogi das Cruzes se vangloriou, recentemente, pela diminuição de 9% das suas perdas, com a redução de 64% para 53%. Pelos dados oficiais, essas perdas no Estado de São Paulo giram em torno de 30% a 60% das águas. É possível que as perdas sejam ainda maiores.”

Ações do Ministério Público

O Ministério Público Estadual, segundo Ricardo Castro, criou grupos de trabalhos que discutem e traçam estratégias visando ao longo prazo e também ao controle de outorgas. O promotor mencionou uma série de ações promovidas pelo Ministério



Para Ricardo Castro, há total falta de aparelhamento e ineficiência no controle de outorgas

Público, como as investigações no sistema PCJ e um inquérito civil para acompanhamento do Sistema Cantareira. Castro informou que, atualmente, está em curso a preparação de uma ação civil pública.

Também foram abertos inquéritos pelo Ministério Público para investigar a possibilidade de improbidade administrativa, por conta de valores de contratos para controle das perdas hídricas, e se houve omissão das autoridades públicas competentes relacionadas ao Sistema Cantareira e também ao Sistema do Alto Tietê. Ricardo Castro destacou que umas das metas do Gaema é apurar os danos diretos à várzea do Tietê. Para isso, o grupo tem empreendido ações e estabelecidos diálogos com a Fundação Florestal.

Em relação às perdas de água, há também uma forte preocupação por parte do Ministério Público. Sobre o Sistema do Alto Tietê, o promotor afirmou que foram surpreendidos com a renovação da outorga, no início do ano 2014, em plena crise. “Essa renovação alterou os parâmetros para captação de água de 10 para 15 metros cúbicos, com base em estudos apresentados pela própria Sabesp, sem qualquer questionamento”, explicou o promotor.

Castro também afirmou que o Ministério Público está questionando a Sabesp e a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp) quanto a um plano de contingência para o Sistema Alto Tietê que, até o momento, não foi apresentado. O promotor solicitou aos participantes do seminário que encaminhem dados sobre o tema para, após serem submetidos a diálogos com especialistas e tendo se constatado alguma distorção, possam ser tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Dulce Moraes, Agência Indusnet Fiesp

Professor da Unicamp afirma que chuvas ficarão abaixo da média nos próximos quarenta anos

Antonio Carlos Zuffo destacou ainda que o volume morto do Sistema Cantareira deverá ser esgotado até a primeira quinzena de novembro



Foto: Helcio Nagamine/fiesp

Zuffo ressaltou que se a chuva não vier não haverá volume morto a ser usado

As chuvas no País devem ficar abaixo da média no próximo ano e pelas próximas quatro décadas. A projeção foi feita pelo professor da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC) da Unicamp, Antonio Carlos Zuffo, durante o seminário “Gerenciando a escassez de água na indústria”, promovido pela Fiesp e pelo Ciesp. Zuffo estima que, na hipótese mais crítica, com a falta de chuvas e a queda contínua dos níveis do reservatório do Sistema Cantareira,

o maior administrado pela Sabesp em São Paulo, todo o volume morto ainda restante estará esgotado até o dia 15 de novembro, considerando uma média móvel de sete dias. “A gente tem de fazer planejamento porque não dominamos o clima. O governador não tem autoridade sobre São Pedro e as chuvas infelizmente não vieram”, observou Zuffo, reiterando a necessidade de planejamento

para o armazenamento e o consumo de água. “Hoje não temos plano nenhum. Dependemos da chuva porque, se ela não vier, não teremos mais volume morto para usar”, completou.

O professor lembrou que a seca registrada em 2003 reduziu o volume útil do Sistema Cantareira a 3%. Desde então, segundo ele, foram incorporados 15% do volume que não pertencia ao volume útil. “Quando começamos a bombear o volume morto esse ano, já estávamos no volume que seria negativo em 2003. Nas próximas décadas, teremos precipitações menores e, consequentemente, problemas de abastecimento”, ressaltou.

Zuffo explicou que a escassez de chuvas prevista para as próximas quatro décadas corresponde a um ciclo natural. Segundo ele, o País enfrentou falta de água nas décadas de 1940, 1950 e 1960 e depois registrou precipitações acima da média no período entre 1970 a meados de 1980. “De 40 a 60, com o problema da falta de água, as populações faziam novenas e procissões pedindo por chuva. As paróquias no interior de São Paulo estão promovendo procissões novamente. Trata-se de um ciclo”, destacou.

Alice Assunção, Agência Indusnet Fiesp

Cosema

Conselho de Meio Ambiente da Fiesp debate propostas a serem apresentadas a candidatos eleitos

Propostas sobre licenciamento ambiental, reciclagem de automóveis, certificação, recursos hídricos e poluição do ar, entre outras, foram discutidas em reunião do Cosema

Os principais desafios e sugestões do setor industrial para temas como licenciamento ambiental, certificação agrícola e industrial, reciclagem automotiva, recursos hídricos, direito ambiental portuário, defesa civil, poluição do ar e odores, bioma da Amazônia, sistemas de macrodrenagem da Região Metropolitana de São Paulo e cidades sustentáveis foram debatidos durante reunião realizada pelo Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, no dia 23 de setembro. “As propostas iniciais serão encaminhadas a todos os conselheiros para que possam fazer suas sugestões. Depois, serão entregues ao presidente da Fiesp para encaminhamento aos futuros eleitos”, explicou Walter Lazzarini, presidente do Cosema. As propostas foram apresentadas por dez grupos de trabalho do Cosema. Em relação a cidades sustentáveis, o grupo de trabalho apresentou a proposta de verticalização, em edifícios com até 12 andares, de construções habitacionais populares. Segundo o coordenador do grupo, Sabetai Calderoni, com o aproveitamento de 15% das áreas das favelas seria possível vencer o déficit habitacional registrado pelo País.

O grupo de trabalho que avalia os desafios do licenciamento ambiental propôs uma adequação da capacitação técnica e operacional dos órgãos licenciadores, frente à evolução das demandas da sociedade. “O grupo entende que tem de haver uma evolução nessa



Walter Lazzarini, presidente do Cosema, coordenou os debates sobre as propostas

capacitação para atender à demanda”, afirmou João Roberto Rodrigues, coordenador da equipe.

Alice Assunção, Agência Indusnet Fiesp

Seminário sobre Produção e Consumo Sustentáveis será realizado em novembro na sede da Fiesp

O evento fornecerá subsídios para a revisão do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) e implantação do segundo ciclo do plano, que irá de 2015 a 2018

O seminário Produção e Consumo Sustentáveis, uma realização conjunta do Instituto Cidade Sustentável (ICS), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), faz parte de uma série de debates sobre o primeiro ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), elaborado em 2011 pelo Ministério do Meio Ambiente. O PPCS faz parte do compromisso assumido pelo Brasil, em 2007, no Processo de Marrakesh, sob a coordenação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e da UNDESA



(Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas).

O encontro, que contará com a presença de autoridades e especialistas na área de meio ambiente e sustentabilidade, fornecerá subsídios

para a revisão do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) e implantação do segundo ciclo do plano, que irá de 2015 a 2018.

Para efetuar a inscrição acesse:

www.institucidadesustentavel.com.br

Produção sustentável

Produção sustentável é a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar custos ambientais e sociais. Acredita-se que esta abordagem preventiva melhore a competitividade das empresas e reduza o risco para a saúde humana e o meio ambiente, uma vez que incentiva a utilização de recursos de forma eficiente e sustentável, considerando o ciclo de vida do produto, e gerando uma série de benefícios, como a redução de desperdícios, diminuição do uso de substâncias perigosas, menor geração de resíduos, eficiência energética, aumento do reúso e reciclagem de materiais, entre outros.

Compras públicas sustentáveis

Dentre os eixos prioritários do PPCS, está o tema compras públicas sustentáveis. Como grande comprador - no ano passado foram adquiridos R\$ 68 bilhões em materiais - o Estado tem capacidade de potencializar a adoção de critérios de sustentabilidade.

O decreto 7.746/2012 estabelece diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, porém é essencial que o processo de definição e inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras públicas seja gradual e contemple o envolvimento das associações representativas do setor produtivo, já que esses critérios deverão levar em consideração o porte das empresas e o nível de maturidade dos setores industriais em relação à sustentabilidade.

Bolsa de Resíduos

TIPO	NOME	QTDE	PREÇO	DATA
Big Bags				
Oferta	1232 Big Bags com 1,70m de Altura Novo	2.000peças/mês	US\$6.35/peça	21/7
Metal/Metalúrgico				
Oferta	1235 Tubo de ferro 1	800 kg/lote único	US\$ 0.90/kg	21/8
Oferta	1239 Sucata de chapas diversas	5 t/semana	US\$0.80/kg	12/9
Plástico				
Oferta	1233 EVA	4 t/mês	US\$0.8/kg	21/7
Oferta	1236 Espuma de fabricação de estofados	1 t/mês	US\$0.50/kg	26/8
Madeira/Mobiliário				
Oferta	1238 Pallets de madeira (Pinus)	200 outra/mensal	Doação	13/9
Oferta	1241 Madeira, cavaco de madeira e tocos	200 kg/mensal	Doação	19/9
Resíduo Orgânico				
Oferta	1240 Polpa e fruto de guanandi	430 kg/espóradica	Doação	17/9
Borracha				
Procura	1234 Borracha pré-vulcanizada	16 t/mês	US\$ 0.15/kg	4/8
Procura	1237 Composto	1,5 t/mês	US\$ 0.50/kg	3/9

Para mais informações acesse: <http://apps.fiesp.com.br/bolsaresiduos/>

Discussão sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU mobiliza empresas brasileiras

Para especialistas, o momento atual traz oportunidades para negócios que gerem valor com sustentabilidade

Quais os principais desafios e oportunidades para o setor privado a partir da Agenda Pós-2015 das Nações Unidas? Quais os meios mais eficazes para efetivar o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)? Esse debate mobilizou 80 representantes de empresas brasileiras e de organizações da sociedade civil na consulta pública Diálogo Inclusivo, realizado pela Rede Brasileira do Pacto Global.

O encontro, organizado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e a Internacional Finance Corporation (IFC - Grupo Banco Mundial) trouxe quatro painéis de especialistas e dois grupos de trabalho sobre os grandes temas de implementação dos ODS, que irão substituir os atuais Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), após 2015. As conclusões dos participantes brasileiros serão enviadas ao escritório central do Pacto Global em Nova York, que assumiu a liderança internacional de dialogar com o setor privado no processo de construção dos ODS junto às Nações Unidas.

Entre os especialistas convidados, houve consenso sobre o atual momento de oportunidades para os negócios que saibam gerar valor com sustentabilidade. Jorge Soto, diretor de Desenvolvimento Sustentável da Braskem e presidente da Rede Brasileira do

Pacto Global, reforçou que o Pacto Global trouxe uma importante contribuição do setor privado com o lançamento da plataforma Arquitetos de um Mundo Melhor. “O documento, lançado em 2013, traz uma orientação clara sobre como cada empresa pode contribuir de forma concreta com a caminhada da sustentabilidade, aliando suas estratégias de negócio com a responsabilidade, estabelecendo parcerias com governos e sociedade civil”, afirmou. Para Gustavo Aishemberg, representante da UNIDO no Brasil, ao menos sete dos 17 objetivos propostos na Minuta Zero dos ODS só podem se realizar por meio de conscientização e parcerias com o setor privado. Luis Iseppe, especialista do IFC, disse que a entidade passou a cobrar políticas de sustentabilidade como contrapartida de financiamento a projetos privados.

Minuta Zero dos ODS elaborada pelo grupo de trabalho aberto da ONU (em inglês) disponível em:

<http://sustainabledevelopment.un.org/focussdgs.html>.

Fonte:

<http://www.pactoglobal.org.br/Artigo/142/Empresas-apostam-em-dialogo-para-efetivar-os-Objetivos-do-Desenvolvimento-Sustentavel-da-ONU>

Normas Técnicas

Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT (CB-38)

O CB-38 é o Comitê da Associação Brasileira de Normas Técnicas, espelho do Comitê Técnico 207 - Gestão Ambiental (TC 207) da ISO (International Organization for Standardization), que desenvolve a série de normas internacionais sobre gestão ambiental, da qual a FIESP é membro. A seguir são apresentadas as normas que estão atualmente em discussão na ISO (TC 207) e nos subcomitês (SC) do CB-38, e os estágios de elaboração em que se encontram

SC03 – Rotulagem Ambiental

ISO/NP 14026 Environmental labels and declarations - Communication of footprint information (*Rótulos e Declarações Ambientais- Comunicação da informação sobre pegada*)

WG 9

ISO/PC 277 – ABNT/Comissão de Estudos Especial 277

ISO/CD.2 18617 Sustainable Procurement (Compras Sustentáveis)

Processo de elaboração das normas ISO



Notas Informativas

MCTI abre consulta pública para comunicação à convenção—quadro sobre mudança do clima

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), visando ampliar a contribuição de especialistas, iniciou o processo de consulta pública de textos que posteriormente integrarão a Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O MCTI pretende disponibilizar todos os capítulos, em versão eletrônica, para comentários e contribuições.

Os relatórios são o resultado dos estudos realizados por entidades setoriais e especialistas que colaboram com o MCTI. No caso de setores do Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa, além dos resultados das estimativas de emissões e remoções, os relatórios apresentam todas as informações utilizadas nos cálculos, incluindo a descrição da metodologia, dados utilizados, fontes de referência, critérios e hipóteses adotadas, de forma amplamente transparente, possibilitando seu entendimento e verificação.

O processo de consulta pública integra os procedimentos para controle e garantia de qualidade estabelecidos pela coordenação da elaboração da Terceira Comunicação Nacional, em atenção às diretrizes estabelecidas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). Dessa forma, é solicitada a colaboração do público especialista para análise dos relatórios com o objetivo de corrigir eventuais erros, sugerir melhorias, identificar informação adicional e discutir critérios e metodologia. A contribuição nesse processo será reconhecida na versão final da Comunicação Nacional.

Para fazer o download dos documentos e saber como enviar as contribuições acesse:

www.mct.gov.br/index.php/content/view/360077.html

Ibama cria sistema de comunicação de acidentes ambientais em tempo real

O Ibama lançou um novo Sistema de Comunicação de Acidentes pelo qual os empreendedores devem informar emergências ambientais imediatamente após o ocorrido. A instrução normativa nº 15, instituindo o Sistema Nacional de Emergências Ambientais (Siema), foi publicada no dia 7 de outubro, no Diário Oficial da União.

A nova ferramenta permitirá a qualquer cidadão, empresa ou governo fazer comunicados sobre acidentes ambientais e acompanhar as medidas tomadas, além de consultar mapas interativos e dados estatísticos em todo o País. Fernanda Pirillo, coordenadora-geral de Emergências Ambientais do Ibama, explica que o Siema vem modernizar a forma de comunicação utilizada até o momento. Segundo ela, “o Siema gerará relatórios e dados estatísticos sobre os acidentes, agilizando a análise das informações e direcionando as ações de controle ambiental”.

O sistema já está disponível no site do Ibama, porém a Instrução Normativa nº 15/2014 dá o prazo máximo de 90 dias para que os empreendimentos ou as atividades licenciados ou autorizados pelo Ibama se adequem à norma.

Fonte: Ascom/MMA/Ibama

MMA participa de grupo de trabalho da Convenção de Basileia

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) participou, de 16 a 19 de setembro, da 9ª Reunião do Grupo de Trabalho da Convenção de Basileia, que trata do controle da movimentação transfronteiriça de resíduos perigosos e seu depósito. Na reunião, realizada em Genebra, na Suíça, os mais de 170 países signatários da convenção finalizaram as guias orientadoras para o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos perigosos, como poluentes orgânicos persistentes (POPs) e mercúrio. Os manuais serão apresentados para aprovação na próxima Conferência das Partes (COP 12), agendada para maio de 2015.

Fonte: <http://www.mma.com.br>

Acordos setoriais de lâmpadas e embalagens entram em consulta pública

As minutas de acordos setoriais para a logística reversa de lâmpadas e de embalagens em geral entraram em consulta pública em 15 de setembro. O Comitê Orientador para a Implementação da Logística Reversa (CORI) aprovou, em julho, as duas propostas, que receberão contribuições da sociedade pela internet. As consultas públicas terão duração de 30 dias e as sugestões, que devem ser identificadas, objetivas e fundamentadas, serão encaminhadas por meio do formulário eletrônico disponível no site do Governo Eletrônico (<http://www.governoeletronico.gov.br>). As contribuições serão apreciadas por uma equipe técnica do MMA, para verificar, inclusive, se estão em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Depois, serão submetidas ao CORI para aprovação final. Após a manifestação do CORI, será fechado o texto final do acordo, seguido da assinatura pelo MMA e de todos os setores envolvidos.

Fonte: <http://www.mma.com.br>

Cidade de São Paulo ocupa posição pioneira em reciclagem de resíduos sólidos

São Paulo iniciou um processo inédito na reciclagem de resíduos sólidos com a instalação das duas primeiras centrais mecanizadas de triagem da América Latina. As centrais vão permitir triplicar a capacidade de processamento de recicláveis e a ampliação da coleta seletiva de lixo. Serão adquiridos mais 11 novos caminhões. A meta é aumentar o percentual de reciclagem em São Paulo de 2% para 10%, até 2016. Com a abertura das duas centrais mecanizadas, uma em Santo Amaro e outra na Ponte Pequena, e investimentos nas cooperativas, a capacidade de reciclagem chegará a 7% dos resíduos gerados na cidade. Hoje, a cidade produz, no total, 10,5 mil toneladas de resíduos por dia. Desse montante, os orgânicos representam 50%, cerca de 35% são de resíduos secos, com possibilidade de reciclagem, e um percentual de 18% é rejeito. Considerada apenas a porcentagem de resíduos secos, serão processados, com as quatro centrais, cerca de 45% dos recicláveis produzidos na cidade.

Fonte: <http://www.capital.sp.gov.br>

Fóruns Ambientais

Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama)

Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CT-QAGR)

Em 3 de setembro, o DMA participou de reunião do GT de Recuperação de Ambientes Hídricos em que foi dada continuidade à discussão da minuta de resolução que disporá sobre o controle da utilização de produtos ou processos para recuperação de corpos hídricos superficiais.

Bifenilas policloradas

A proposta de Resolução Conama que dispõe sobre a gestão ambientalmente adequada e eliminação controlada de bifenilas policloradas (PCBs) e seus resíduos foi discutida em reunião da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos. A reunião foi realizada em Brasília (DF), no dia 9 de setembro.

Mais informações sobre esses temas podem ser obtidas em <http://www.mma.gov.br/port/conama/>

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Normatização e Processante

O conselheiro André Menezes, do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (SEAQUA), é o novo presidente da Comissão Temática de Normatização e Processante do Consema. A escolha ocorreu em reunião realizada no dia 4 de setembro.

Plano Estadual de Resíduos Sólidos

A versão final do Plano Estadual de Resíduos Sólidos foi apresentada pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (CPL/SMA) em reunião realizada no dia 16 de setembro. No encontro, também foram apresentadas as ações de recuperação das matas ciliares do território paulista, desenvolvidas sob a coordenação da SMA, e a situação do abastecimento hídrico no Estado de São Paulo, que foi detalhada por representante da Secretaria de Recursos Hídricos.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

GT Enquadramento

A agenda de trabalho e os aspectos prioritários que deverão fazer parte das diretrizes para o enquadramento dos corpos d'água no Estado de São Paulo foram os temas da reunião realizada no dia 8 de setembro.

Deliberações

Em reunião realizada no dia 9 de setembro, em São Paulo (SP), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos discutiu as deliberações 161, que aprova os projetos CORHI; 162, que altera trecho do rio Jundiá para classe 3; a 163, que referenda proposta de

cobrança do Comitê de Bacia do Pontal do Paranapanema; 164, que referenda a proposta de cobrança do CBH-PCJ; e a 165, que referenda a deliberação 201 do CBH-Pardo em relação às restrições para perfuração de poços tubulares em Ribeirão Preto.

Sistemas de certificação de produção sustentável

A certificação de produção sustentável na indústria foi o tema de evento promovido pela Embaixada do Reino Unido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e com a Carbon Trust. No evento, realizado no dia 1º de setembro, na sede da CNI em São Paulo, foram debatidos temas como oportunidades domésticas e internacionais, benefícios e os custos de um possível sistema de certificação nacional.

Plano de gerenciamento de resíduos sólidos

O DMA ministrou palestra sobre planos de gerenciamento de resíduos sólidos em *workshop* promovido, no dia 2 de setembro, pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo. O evento, direcionado a servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo, contou com a participação de representantes das secretarias municipais de Coordenação das Subprefeituras, do Verde e do Meio Ambiente, de Saúde, de Licenciamento e de Serviços.

Qualidade do ar, queimadas e seus impactos

O DMA participou, no dia 12 de setembro, de palestra sobre qualidade do ar, queimadas e seus impactos realizada na Universidade Paulista (UNIP), em São José do Rio Preto (SP).

Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)

As contribuições para o Plano de Ação para a Gestão de Novos POPs de Uso Industrial, que está sendo elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), foram o tema da reunião realizada pelo DMA com representantes do Sindicato da Indústria de Proteção, Tratamento e Transformação de Superfícies do Estado de São Paulo (Sindisuper). A reunião ocorreu no dia 16 de setembro.

Debate sobre segurança hídrica

O DMA esteve presente no debate promovido pelo jornal Folha de São Paulo, no dia 16 de setembro, sobre segurança hídrica. Participaram do debate o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), o secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e a Secretária Geral da ONG WWF/Brasil. No evento, foram discutidas a situação atual, que evidencia a falta de investimentos em segurança hídrica, e as perspectivas, que apresentam cenários de difíceis desafios para os próximos anos.

Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)

O modelo de governança da Rede Brasileira do Pacto Global foi discutido em reunião realizada no dia 18 de setembro, em São Paulo (SP).

O Tietê como alternativa de água para São Paulo

Os usos preponderantes da água nas seis bacias hidrográficas do rio Tietê, os avanços na despoluição e as metas de universalização do saneamento apresentadas pelo governo do Estado de São Paulo foram temas de mesa-redonda promovida com vários especialistas no tema pela SOS Mata Atlântica. O evento ocorreu no dia 18 de setembro, em São Paulo (SP).

Logística reversa de embalagens

Representantes do Sindicato das Indústrias de Pesca no Estado de São Paulo participaram, no dia 19 de setembro, de reunião com o DMA para discutir práticas de logística reversa de embalagens de alimentos relacionadas à Resolução SMA nº 38/2011, que estabelece a relação de produtos geradores de resíduos de significativo impacto ambiental.

Emergência em saúde pública: a qualidade do ar

Em 23 de setembro, o DMA participou do debate “Emergência em saúde pública: a qualidade do ar”. O evento, organizado pelo Ministério Público Federal, Instituto Saúde e Sustentabilidade, Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental e pela Rede Nossa São Paulo, teve como objetivos apresentar dados sobre a atual condição do ar, projetar os efeitos sobre saúde até 2030 e discutir a revisão dos padrões nacionais de qualidade do ar (Resolução CONAMA 03/90), bem como os impactos da nova regulamentação.

Indústria da Pesca e Aquicultura (Compesca)

O DMA esteve presente na reunião plenária do Comitê da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura (Compesca) da Fiesp, realizada em 19 de setembro, que contou com a participação do responsável pela Coordenadoria Geral do Registro do Aquicultor, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que discorreu sobre os problemas decorrentes da informalidade de produtores da aquicultura e esforços que estão sendo feitos pela MPA para aumentar o número de registros. Na reunião, representantes da Fundação SOS Mata Atlântica apresentaram os principais aspectos constantes do projeto de lei 6.969/13, que trata da Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar).

Áreas contaminadas

Em 23 de setembro, o DMA organizou reunião com o coordenador da ABNT/CEE-68 – Avaliação da Qualidade do Solo e Água para Levantamento de Passivo Ambiental e Análise de Risco à Saúde Humana para verificação do andamento das normas que estão em elaboração na Associação Brasileira do Normas Técnicas (ABNT).

Gestão das águas do Sul de Santa Catarina

O DMA proferiu palestra, no dia 25 de setembro, sobre a gestão dos recursos hídricos e a sustentabilidade do setor industrial no seminário Gestão das Águas do Sul de Santa Catarina. O evento, promovido pelo governo estadual e pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, foi realizado em Criciúma (SC).

Conselho Temático de Meio Ambiente

Os acordos setoriais e termos de compromisso foram o tema da palestra proferida pelo DMA, no dia 24 de setembro, na reunião do Conselho Temático de Meio Ambiente (Coema) da região Sul-Sudeste. A reunião ocorreu em Curitiba, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

Resíduos Sólidos

Em 24 de setembro, o DMA proferiu palestra, em Presidente Prudente (SP), sobre as políticas nacional e estadual de resíduos sólidos urbanos e da construção civil para o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusConSP).

Logística reversa e inclusão dos catadores

Em 25 de setembro, como membro titular do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores, o DMA participou de reunião extraordinária realizada na sede da Uninove, em São Paulo (SP), com o objetivo de avaliar as propostas de comercialização das Redes Catasampa e Paulista.

Cadeia Produtiva da Mineração (COMIN)

Em reunião plenária do Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração (Comin) da Fiesp, realizada no dia 25 de setembro, foram apresentadas informações sobre as propostas de proteção da Serra da Mantiqueira, como a de tombamento, em tramitação no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), e de criação de uma unidade de conservação, em tramitação na Fundação Florestal.

Área de Proteção Ambiental (APA) de Ibitinga

Conselho Gestor

Em 17 de setembro, o DMA esteve presente à reunião ordinária do Conselho Gestor da Unidade de Conservação da APA Ibitinga, realizada no município, para apreciar as orientações da AES Tietê sobre o uso e regularização das bordas dos reservatórios.



Mantenha-se atualizado sobre a área ambiental

O crescimento da conscientização ambiental, a velocidade de alterações das políticas públicas e as implicações dessas mudanças no cotidiano de empresas e consumidores aumentaram a demanda por informações qualificadas pertinentes ao setor ambiental.

O Informe Ambiental da Fiesp fornece informações de forma rápida e consistente sobre a área ambiental e atividades do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp. Para receber o Informe Ambiental todos os meses e manter-se atualizado sobre os temas em discussão de interesse do setor industrial no Estado de São Paulo e no País, basta enviar uma mensagem para o endereço cdma@fiesp.com com o título “Cadastro do Informe Ambiental”.

Comitês de Bacias Hidrográficas

Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

Acompanhamento do plano de bacias PCJ

A proposta do termo de referência para a contratação da empresa que será responsável pelo trabalho de atualização do plano de bacias PCJ foi analisada em reunião realizada no dia 3 de setembro, na Sanasa, em Campinas (SP), pelo Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano de Bacias PCJ.

O Grupo Técnico participou, no dia 11 de setembro, no Ciesp em Campinas (SP), de discussões sobre os aspectos legais e técnicos referentes às possíveis restrições para o uso industrial, com a possível suspensão da outorga de captação em função da estiagem prolongada. A reunião foi promovida pelo departamento jurídico do Ciesp.

Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

A deliberação *ad referendum*, que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, foi apreciada em reunião realizada no dia 5 de setembro, em Holambra (SP). Na ocasião, foi aprovada a proposta de prorrogação do período de atuação do GT-Estiagem e a proposta do GT-Critérios para a distribuição de recursos para o próximo ano. Também foi aprovada a proposta de estrutura de revisão e atualização do Plano de Bacias PCJ 2010-2020.

Grupo Técnico de Estiagem

A evolução das atividades emergenciais propostas para 2014 foi apresentada em reunião realizada em Jundiá (SP), em 8 de setembro. Ao contrário do grupo constituído pelos governos federal e estadual, o GT Técnico de Estiagem tem cumprido com o seu papel em relação aos membros do comitê PCJ. Na reunião, foram avaliadas as contribuições para a gestão dos recursos hídricos durante a estiagem de 2014, com foco na potencial indisponibilidade de vazões aos usuários de recursos hídricos nas bacias PCJ. Essas contribuições foram enviadas pelo CT-Indústria, com propostas embasadas nas necessidades do segmento industrial em relação à demanda de água necessária para a não paralisação das empresas.

Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL)

As diretrizes resultantes da primeira reunião do GT Prioridades foram apresentadas, para apreciação e colaboração dos membros da Câmara Técnica, em reunião realizada no dia 12 de setembro, em Salto (SP). A apresentação teve como objetivo definir uma proposta a ser encaminhada à secretaria executiva dos comitês PCJ como subsídio ao termo de referência para a revisão do plano de bacias, a ser contratado pela Agência PCJ. No encontro, foi apresentado o resumo da ata da primeira reunião do Grupo Técnico do Enquadramento da CT-OL, para aprovação e encaminhamento à secretaria executiva dos comitês, e aprovada a proposta de criação do GT Cartilha de Gestão dos Recursos Hídricos para os Municípios, com a inclusão de representantes municipais, definição da agenda das primeiras reuniões, escolha da coordenação e secretaria.

Ministério Público de Piracicaba (GAEMA)

No dia 15 de setembro, o DMA esteve no Ministério Público em Piracicaba (SP) para participar de reunião na qual foi discutida a atualização provisória de enquadramento do trecho do rio Jundiá compreendido entre os municípios de Itupeva e Indaiatuba. O Gaema, grupo de ação especial para o meio ambiente, discutiu o relatório final elaborado pela empresa Cobrape sobre a atualização de enquadramento dos corpos d'água nas bacias PCJ. Também foi discutido o termo de referência para atualização do plano de bacias PCJ e proposta a inclusão dos parâmetros "P" e "N" (fósforo e nitrogênio) nas simulações que deverão ser feitas para atualizar o enquadramento nas bacias PCJ até o ano de 2035.

Audiência pública

Os detalhes simplificados de duas barragens projetadas na década de 80 nos rios Jaguari e Camanducaia, que poderão contribuir com um ganho de vazão da ordem de 7 m³/s para a região PCJ, foram apresentados em audiência pública promovida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Os estudos encontram-se em fase de detalhamento dos projetos executivos e elaboração do EIA/RIMA. Deverão ser realizadas audiências nas áreas que serão afetadas pelos reservatórios.

Reunião extraordinária

A minuta de deliberação, com a definição de cronograma e regras para seleção de empreendimentos de demanda espontânea visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e das Cobranças PCJ (federal, paulista e mineira) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2015, foi aprovada na reunião realizada no dia 26 de setembro, em Piracicaba (SP). No encontro, também foi aprovada a minuta que ajusta a redação do anexo II da Deliberação Comitê PCJ nº 160/2012, referente à proposta dos novos preços unitários básicos (PUBs) da cobrança paulista PCJ.

Alto Tietê (CBH-AT)

Gestão de Investimentos (GT-GI)

Os projetos habilitados, visando à definição da aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014, foram discutidos e pontuados em reunião realizada em 3 de setembro, em São Paulo (SP).

Gestão da demanda

O plano de trabalho para incentivo à redução da demanda de água na Grande São Paulo foi aprovado em reunião realizada no dia 16 de setembro. O plano contempla a capacitação, solicitação de redução de impostos para materiais economizadores e treinamento em condomínios, dentre outras ações a serem realizadas por meio de parcerias.

Reunião extraordinária

O parecer técnico sobre o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Projeto Logum (trecho Paulínia—Região Metropolitana de São Paulo—Santos) foi discutido e aprovado na reunião realizada em 23 de setembro, em São Paulo (SP). No encontro, também foram avaliadas indicações de empreendimentos para contratação com o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014.

Paranapanema (CBH-Paranapanema)

Oficina de construção

O DMA participou, no dia 8 de setembro, da Oficina de Construção do Plano Integrado de Recursos Hídricos do CBH-Paranapanema. Realizada em Presidente Prudente (SP), a oficina utiliza o método SWAT (oportunidades, ameaças e pontos fortes e fracos) para caracterizar a bacia do Pontal do Paranapanema e compor o Plano de Bacia do Rio Paranapanema (Federal).

Em 19 de setembro, a oficina de construção foi realizada em Piraju (SP), no Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE). O objetivo da iniciativa foi contribuir com a identificação dos principais problemas relacionados aos recursos hídricos nas bacias hidrográficas que compõem a UGRH Paranapanema. A oficina visa também a levantar as potencialidades e os desafios para a gestão integrada dos recursos hídricos da bacia pactuada com os diversos segmentos e lideranças da sociedade.

Pontal do Paranapanema (CBH-Pontal)

Em reunião realizada em Presidente Prudente (SP), no dia 26 de setembro, foi dada continuidade à análise do diagnóstico e do prognóstico do plano de bacia.

Paraíba do Sul (CBH-PS)

Transposição de águas

O projeto de transposição das águas da represa do Jaguari para a represa Atibainha foi apresentado pela Sabesp em reunião realizada no dia 15 de setembro, em Taubaté (SP). O grupo técnico da empresa informou ter feito algumas alterações no projeto e destacou que a viabilidade da transposição poderia ser garantida pelo uso de parte do volume morto da represa de Paraíbauna. O grupo de trabalho solicitou nova reunião com os técnicos da Sabesp e da Agência Nacional das Águas (ANA) para discutir os dados e o estudo de viabilidade do sistema integrado da bacia do rio Paraíba do Sul.

Reunião plenária

A hierarquização dos projetos vinculados ao edital de aplicação dos recursos da cobrança e do fundo de recursos hídricos foi discutida em reunião realizada no dia 18 de setembro, em Taubaté (SP).

Paraíba do Sul (CEIVAP)

Reunião plenária

A proposta de revisão de mecanismos e valores da cobrança pelo uso da água, contemplando a inclusão de dois coeficientes de boas práticas (saneamento e agricultura), bem como a revisão dos preços públicos unitários (PPUs), a partir de 2015, foram os temas da reunião realizada no dia 25 de setembro, em Resende (RJ). Futuras revisões de valores e mecanismos foram condicionadas à execução de várias ações estruturantes relativas às fragilidades observadas tanto na estrutura e custeio das entidades delegatárias como nos critérios de formação, preço e forma de aplicação dos recursos.

Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)

Câmara Técnica de Planejamento

Em 19 de setembro, o DMA participou de reunião para análise das complementações dos pleitos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014-2015 que estão na lista de espera. Na reunião, foi discutido o termo de parceria/convênio para o projeto “Prédio das Águas”, que irá abrigar as instalações da Cetesb e do DAEE em Sorocaba. No encontro, o DMA citou a Resolução nº 146 e seus anexos, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo, proibindo o uso de recursos oriundos da cobrança pelo uso da água em infraestrutura, como é o caso do prédio, em obras que não estejam previstas no plano de Bacias.

Baixada Santista (CBH-BS)

Reunião ordinária

As prioridades de investimentos do Comitê ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), com recursos da cota parte 2014, e a indicação das propostas para recebimento de financiamento para 2014, com recursos arrecadados da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2013, foram discutidas em reunião realizada em Santos (SP), no dia 24 de setembro.

Turvo/Grande

Contingência de escassez

O plano de ação do Grupo de Trabalho de Contingência de Escassez do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo/Grande foi discutido em reunião realizada no dia 30 de setembro, em São José do Rio Preto (SP).

Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs)

Reunião dos Representantes dos CBHs

No dia 29 de setembro, foi realizada em Piracicaba (SP) a 6ª Reunião dos Representantes dos Comitês de Bacias Hidrográficas. O encontro teve como objetivo discutir a interação em questões relativas aos comitês e mapeamento da participação do setor.

Legislação Ambiental

Legislação Ambiental -Diplomas Legais Recentes

Federal

Resolução CNRH nº 157, de 9 de junho de 2014

Estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º/7/2014 a 30/6/2016), para a CTCOB (mandato de 1º/8/2014 a 31/7/2016), e dá outras providências.

Resolução CNRH n. 156, de 9 de junho de 2014

Estabelece diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social, a informação e comunicação para a percepção de riscos e vulnerabilidades, e a prevenção, mitigação e aumento da resiliência frente a desastres inerentes às questões hídricas.

Moção CNRH nº 65, de 9 de junho de 2014

Recomenda ao Ministério da Saúde que no processo de revisão da Portaria GM/MS nº 2.914/2011 sejam adequadas as redações dos artigos 12 e 16 da referida Portaria, de modo a torná-los compatíveis com a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Portaria conjunta Ibama/PFE nº 2, de 26 de agosto de 2014

Dispõe sobre o planejamento da atuação conjunta entre as Divisões Técnicas e Procuradorias Federais Especializadas junto às Superintendências Estaduais e Gerências Executivas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para instrução, propositura e acompanhamento de ações civis públicas para reparação de danos ambientais.

Portaria MMA nº 327, de 5 de setembro de 2014

Torna pública a abertura de processo de consulta pública da proposta de acordo setorial para a implantação de sistema de logística reversa de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista.

Portaria MMA nº 326, de 5 de setembro de 2014

Torna pública a abertura de processo de consulta pública da minuta de acordo setorial para a implantação de sistema de logística reversa de embalagens em geral.

Portaria MMA nº 319, de 27 de agosto de 2014

Dispõe sobre a instituição do Conselho Gestor do Projeto Desenvolvimento de Parcerias Ambientais Público-Privadas – Projeto BR-M1120.

Instrução Normativa ICMBio nº 3, de 1º de setembro de 2014

Fixa normas para a utilização do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBio), na forma das diretrizes e condições previstas nesta Instrução Normativa, e regulamenta a disponibilização, o acesso e o uso de dados e informações recebidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade por meio do SISBio. (Processo nº 02070.001067/2013-96).

Projetos de lei (PL)

PL nº 7929/2014

Altera a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, prevendo apoio aos municípios para a elaboração dos planos municipais de gestão

integrada de resíduos sólidos e para a garantia de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, e dá outras providências.

PL do Senado nº. 265/2014

Altera a Lei nº 9.433, de 8/01/1997, e a Lei nº 9.984, de 17/07/2000, para incluir exigências quanto à alteração da vazão de reservatórios regularizadores em outorga de direitos de uso de recursos hídricos.

Estadual (SP)

Resolução SMA nº 70, de 2 de setembro de 2014

Define a metodologia a ser adotada em caráter experimental para a conversão das obrigações de reposição florestal e projetos de recomposição de vegetação na unidade padrão Árvore-Equivalente (AEQ), e dá outras providências para a implementação do Programa Mata Ciliar, criado pelo Decreto 60.521, de 5/06/2014.

Resolução SMA nº 68, de 29 de agosto de 2014

Institui o Projeto de Fomento à Regularização Ambiental dos Pequenos Produtores de São Paulo.

Portaria Detran nº 1.359, de 23 de setembro de 2014

Dispõe sobre o cadastramento de empresas, com sede em outra unidade federativa, estabelecidas no ramo de reciclagem e desmontagem de veículos em fim de vida útil e de sucata veicular, para fins de arrematação em leilão, público ou privado, realizado no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Portaria DAEE nº 2.069, de 19 de setembro de 2014

Aprova a Norma e os Anexos I e II que disciplinam a utilização de recursos hídricos provenientes de rebaixamento de lençol freático em edificações e obras de construção civil.

Deliberação CRH nº 164, de 9 de setembro de 2014

Referenda a proposta dos valores dos Preços Unitários Básicos (PUBs) da cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos, de domínio do Estado de São Paulo, nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, aprovada na Deliberação dos Comitês PCJ 160, de 14/12/2012.

Deliberação CRH nº 163, de 9 de setembro de 2014

Referenda a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos, conforme disposto na Deliberação CBH-PP 156, de 13/6/2014.

Deliberação CRH nº 162, de 9 de setembro de 2014

Referenda a proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiáí, entre a foz do Ribeirão São José e a foz do Córrego Barnabé, contida na Deliberação dos Comitês PCJ 206/14, de 8/8/2014.

Projetos de lei (PL)

PL 1198/14

Estabelece normas de estímulo à produção mineral sustentável e cria o certificado de Município Minerador Sustentável.

Casos de Sucesso

Projeto Wonka - Reciclagem de Resíduos Plásticos Empresa: Johnson & Johnson



A empresa atua, em todo o mundo, na fabricação de produtos cirúrgico-hospitalares, de primeiros socorros, para higiene de crianças, de higiene oral, farmacêuticos, de higiene feminina e outros destinados a manter a saúde e o bem-estar dos consumidores.

Descrição das Medidas Adotadas

O Wonka é um projeto idealizado com foco nos resíduos plásticos gerados nos processos produtivos de absorventes higiênicos e fraldas descartáveis, visando:

- Reúso dos resíduos como matéria-prima para uso interno;
- Agregar valor de venda aos resíduos, transformando-os em matéria-prima para recicladores;

- Redução no volume de resíduos, otimizando espaço na Central de Reciclagem de Resíduos (CRR) e atendimento a demandas futuras
- Redução da emissão de CO₂ em função do menor número de viagens para coleta dos mesmos;
- Limpeza e segurança na empresa

Resultados Ambientais e Econômicos

A reciclagem de 5,6 toneladas por dia de plástico equivale a diminuir o consumo de 10,7 toneladas/dia de petróleo para a fabricação de plástico virgem, reduzir 0,28 MWh da energia necessária para a fabricação desse plástico e reduzir em 4,4 toneladas/dia as emissões de CO₂ na produção.

Eventos gratuitos

CEBDS lança em São Paulo a Plataforma Ação 2020

Com foco na agenda de ações para os próximos sete anos e visando alcançar o Brasil Sustentável em 2050, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) fará, no dia 31 de outubro, em São Paulo, o lançamento da Plataforma Ação 2020, inspirada no Action 2020, desenvolvido pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). Ao longo deste ano, uma série de workshops foi realizada com empresas e renomados especialistas, que auxiliaram na construção de must haves (objetivos da sociedade) e participaram de discussões em torno de soluções de negócio, assim como na identificação de elementos impulsionadores que contribuam com o sucesso dessas soluções.

O lançamento da Plataforma on-line do Ação 2020 será o momento de apresentar o espaço em que tais elementos irão convergir, no

qual os desafios para 2020 e soluções de negócios estarão conectados e em constante evolução.



CEBDS

Conselho Empresarial Brasileiro
para o Desenvolvimento Sustentável

Data: 31 de outubro

Horário: 9 horas às 12h15

Local: Hotel Intercontinental – Alameda Santos, 1123, Sala Giorgi – Jardim Paulista/São Paulo

O evento é gratuito, mas as vagas são limitadas e serão preenchidas segundo a ordem de inscrição. Confirme presença, até o dia 28 de outubro, pelo e-mail: lucas@cebds.org ou pelo telefone (21) 2483 2258.

Abralatas promove encontro para debater a política tributária e o desenvolvimento sustentável do Brasil



**CICLO DE DEBATES
ABRALATAS 2014
Tributação Sustentável**

10 de novembro
das 14h às 18h

TEATRO DO SESI
Edifício-sede da FIESP - São Paulo-SP



A Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade – Abralatas reunirá especialistas para debater a forma como instrumentos de política tributária podem contribuir para induzir a produção e o consumo de bens a seguirem padrões sustentáveis.

Participarão do evento o ex-presidente do STF, Ayres Britto, o economista Eduardo Gianetti, o diretor de políticas públicas e tributação da LCA, Bernard Appy, a presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Marina Grossi, e o secretário-geral da Metal Packaging Europe, Anders Linde.

A tributação sustentável será analisada no Teatro do Sesi, na Fiesp, no Ciclo de Debates Abralatas 2014, no dia 10 de novembro, a partir das 14 horas, em São Paulo. Para mais informações, acesse www.ciclododebatesabralatas.org.br

conservação e reúso de

ÁGUA

10º PRÊMIO FIESP

10º Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água

Inscrições para o Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água podem ser feitas até 12 de dezembro

A Fiesp está com inscrições abertas para a 10ª edição do “Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água”. A iniciativa é uma forma de divulgar as ações do setor industrial na área. O Prêmio objetiva conhecer, difundir e homenagear, anualmente, empresas que utilizam boas práticas na promoção do uso eficiente de água, com medidas efetivas na redução do consumo e do desperdício de água, gerando benefícios ambientais, econômicos e sociais e aumentando a competitividade do setor, bem como dar ampla publicidade às ações realizadas pela indústria paulista na construção do desenvolvimento sustentável.

Em 2013, a Toyota do Brasil e a Antares Reciclagem foram as vencedoras do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso da Água. A Ambev e a Votorantim Metais receberam menções honrosas. No hotsite com o regulamento, é possível conhecer todos os casos de sucesso que receberam a premiação.

O prazo para inscrição e envio dos projetos podem ser feitos até o dia 12 de dezembro no site www.fiesp.com.br/premioagua.

Podem ser inscritos projetos implantados no Estado de São Paulo por empresas em duas categorias: ‘Micro e Pequeno Porte’ ou ‘Médio e Grande Porte’.

No hotsite do evento, há todas as informações necessárias para participação. O resultado será divulgado em 24 de março de 2015, para comemorar o Dia Mundial da Água.

A participação é gratuita.

Data limite para pré-inscrição eletrônica: até 12 de dezembro de 2014, no site da Fiesp: <http://www.fiesp.com.br/premioagua>

Envio dos projetos: até 12 de dezembro de 2014

Solenidade de premiação: 24 de março de 2015

Mais informações: (11) 3549-4366 e premioagua@fiesp.com

Apoladores

CIESP **SENAI**

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Circulação mensal.

Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax.: 3549-4237 • cdma@fiesp.com • www.fiesp.com.br

Edição: Fábrica C

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.